

TRANSFORMAÇÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO: DA FAMÍLIA AO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO



TRANSFORMING THE EDUCATIONAL SYSTEM THROUGH INCLUSION: FROM FAMILY TO EDUCATOR

ALEXSANDRA MARIA DA SILVA

Graduada em Pedagogia pela UNISA Universidade de Santo Amaro no ano de 2007 Pós-graduação em Ludopedagogia pela Faculdade Integradas Campos Salles em 2023; professora de Educação Infantil no CEI Onadyr Marcondes.

RESUMO

Para alcançar os objetivos que foram propostos neste trabalho, terá início por uma revisão bibliográfica para descrever teorias que abordam práticas pedagógicas inovadoras. Para isso a revisão bibliográfica será feita mediante uma leitura sistemática, com fechamento de cada obra, de modo a ressaltar os pontos referentes ao assunto abordado pelos autores. Portanto, em conformidade com o assunto em pesquisa busca estudar alguns autores que fundamentam o tema escolhido como: Everaldo Garcia, Revista Mundo jovem, Revista da Inclusão, LDB, Constituição Federal, Site do MEC, Crochik, Documentos Subsidiário da inclusão, Rogério Drago, Paulo Freire, Eugenia Augusta, Maria Tereza Mantoan, Alessandra Pereira, Rita Vieira, José Raimundo, Carolina.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Transformação.

ABSTRACT

To achieve the objectives proposed in this study, the work begins with a literature review describing theories that address innovative pedagogical practices. This review involves a systematic reading and summarization of each work to highlight key points regarding the subject matter discussed by the authors. Accordingly, the research examines authors who provide the theoretical foundation for the chosen theme, such as Everaldo Garcia, *Revista Mundo Jovem*, *Revista da Inclusão*, the LDB (Law of Directives and Bases of National Education), the Federal Constitution, the MEC (Ministry of Education) website, Crochik, inclusion-related supplementary documents, Rogério Drago, Paulo Freire, Eugenia Augusta, Maria Tereza Mantoan, Alessandra Pereira, Rita Vieira, José Raimundo, and Carolina.

Keywords: Inclusion; Education; Transformation.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as Políticas inclusivas há muitas décadas batalham por um ensino inclusivo que promova a participação e aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades especiais educativas nas escolas públicas. Uma vez que a criança com deficiência é parte integrante da política educacional inclusiva. Diante de uma problemática como essa, o que fazer para que a inclusão seja contemplada nas escolas como predizem as leis? Como está de fato o processo de aprendizagem dos deficientes na realidade? As escolas estão realmente sendo inclusivas? Como se encontra a relação dos pais e educadores?

O problema de pesquisa aborda que papel assumiu a família e o profissional da educação especial e inclusiva diante de tantas mudanças?

A questão principal que rodeia a inclusão está em como desenvolver no cotidiano escolar uma postura com práticas e políticas inclusivas. Muitas vezes, essa postura esbarra na falta de capacitação na área, e despreparo dos familiares em aceitar e lidar com tal situação.

Embora a sociedade discuta políticas educacionais a fim de firmar o processo de ensino inclusivo em âmbitos sociais, percebe – se que estes parâmetros (valores) ainda são vistos como forma de exclusão social, uma vez que essa clientela ao chegar ao espaço escolar, depara-se com situações humilhantes não encontrando um atendimento que possa ser compatível as suas necessidades, e assim passa a ter um “atendimento” por um lado, inclusivo porque este aluno é recebido pela escola e posto dentro de uma sala de aula com professores e alunos ditos normais. Mas pelo outro lado o estudante enfrenta um processo exclusivo porque depara com diversas barreiras em termos de acessibilidade, despreparo dos profissionais para recebê-los e ensiná-los, além de outros aspectos que poderia ser útil para auxiliar a aprendizagem desses discentes. Mas por falta de instruções e outros desafios muitos profissionais meios a tantos conflitos não conseguem desenvolver o processo de ensino aprendizagem com esses alunos deixando os a margem do aprender.

Portanto, faz-se necessário que a escola repense propostas inclusivas que ampare os direitos das pessoas com deficiência para que elas possam desenvolver de fato um ensino aprendizagem de qualidade como previsto na lei, que contemplem os anseios no que buscam.

AUSÊNCIA DE PARCERIA: ESCOLA FAMILIA E AEE NA ESCOLA

Embora as políticas inclusivas tenham lutado para garantir os direitos dos educandos que possuem necessidades educacionais, ainda está além de conseguir igualar no mesmo patamar, o ensino inclusivo de qualidade almejado por muitos.

A escola possui um número de alunos especial bastante expressivo, mas não os atende como se deveria nas salas comuns tendo acompanhamento necessário com especialistas nas salas

multifuncionais. Estes ainda continuam sendo atendidos de forma segregada, o que dificulta o processo de aprendizagem e promoção dos mesmos.

Sabe – se que a implementação do Decreto 6.571/2008, ampara a Educação Especial de forma que o discente especial seja atendido sem a segregação e em sala de aulas normais.

Isto não era para estar acontecendo, no entanto alegam – se a falta de capacitação e conhecimento dos educadores. Em pleno século XXI, isso é inadmissível.

Muitas vezes o AEE não é atuante, pois falta espaço adequado para que seja feito o atendimento dos alunos especiais, de forma que venha possibilitar a inclusão dos mesmos. Dessa forma, a educação especial, não é vista como parte integrante do processo educacional.

Entretanto, a inclusão é um desafio que deve ser visto com carinho a fim de proporcionar mudanças necessárias que possam provocar melhoria na qualidade da educação básica e superior para que os alunos especiais tenham seus direitos respeitados e que sua aprendizagem venha acontecer de fato. Porém incluir é possibilitar que o educando seja capaz de ser promovido dentro de suas possibilidades e capacidades, tornando-os participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito a seus direitos pela sociedade em geral.

Diante de todas estas situações percebe-se que as famílias também não possuem hábito de acompanhar os filhos sendo ele deficiente ou não, parece não entender sua importância no processo de construção da aprendizagem dos mesmos.

Nesta perspectiva seria interessante que a escola procurasse encontrar meios como, por exemplo, palestras educativas com os pais, levando-os a entender a importância do acompanhamento e incentivo aos filhos, como direcionamento de uma aprendizagem significativa para a vida dos mesmos, direcionando um entendimento de que a família, como educadora, precisa entender que sua presença é de fundamental importância na construção da educação dos filhos. Seu encorajamento pode tornar um caminho seguro para eles, uma vez que os filhos se espelham nos pais para desenvolver séries de atividades, sejam elas lúdicas ou não. Na Revista Mundo Jovem (p. 12, abril de 2013), diz: “A família precisa ser educadora, ensinar seu filho, porque é ela quem constitui o sujeito, a pessoa, a forma de ele entender o mundo, de ler o mundo. Isso tudo é fruto da qualidade da relação que ele tem com a família”.

Nesse sentido, os pais são verdadeiros heróis que comportam a educação para a vida dos seus filhos, são eles que constroem o verdadeiro aprendizado e significado do mundo e para o mundo.

Mesmo sem a presença do AEE, a escola não pode se eximir da responsabilidade pela inclusão dos educandos que tem deficiência, e sim procurar alternativas que favoreçam a inclusão desses meninos ou meninas nas salas de aula comuns. Além de inseri-los é necessário manter o apoio juntamente com o professor para que eles consigam ser atendidos com respeito e, acima de tudo, que aprendam na igualdade.

Nesse argumento, percebe-se que a escola não deve se esquivar para realizar a matricular o aluno e, além disso, precisa ofertar conteúdos que possuam conhecimentos extracurriculares.

CONFLITOS EDUCACIONAIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A luta rumo à inclusão ainda é enorme, embora as políticas educativas do MEC tenham discutido as mudanças curriculares, promovido encontros de formação docente, elaborado vídeos com palestras sobre inclusão, revistas que retratam a inclusão como aprendizagem, documentos orientando os eixos inclusivos, e muitos outros materiais que respaldam os direitos das pessoas com NEE. Mesmo assim, o assunto inclusão continua promovendo bastante conflito, como: falta de planejamento, formação do educador, construção de salas multifuncionais para o atendimento especializado, alunos são postos nas salas normais sem acompanhamento de um educador especializado, falta de estrutura nas escolas, materiais didáticos, acessibilidade e outros.

Mediante a todas essas situações, observa-se que a inclusão no município ainda é um caos, não apresenta nenhum critério desejável, para que estes alunos tenham seus direitos respeitados. Por este motivo, é fundamental que todos, educadores, pais, gestores, secretários, reúnam-se para debater propostas inclusivas que promovam a mudança da inclusão nas escolas. Isso para que os educandos deficientes não venham somente a ser postos dentro da escola, mas também que sejam bem aceitos por todos e que os professores consigam atendê-los de forma justa e que eles consigam aprender de maneira digna junto à diversidade.

Revista Mundo Jovem (p.18, fevereiro de 2013), ressalta: “A aceitação é um passo muito importante no processo de inclusão do aluno com NEE, porque é nessa conscientização que o desenvolvimento desse sujeito vai transcorrendo. “Ao ingressarem na escola, muitas vezes suscitam questionamentos por parte dos profissionais da área educacional e da saúde sobre as vantagens e as desvantagens dessa nova prática. ”

Neste pressuposto, é válido acreditar nas habilidades de cada estudante com deficiência. Quando o aluno é bem aceito no espaço escolar, este pode ter uma autoestima melhor e, por consequência desse bom ânimo, ele poderá confiar em si mesmo, sentir-se bem no meio das outras crianças, ter motivações para realizar as tarefas, e o resultado de tudo é a aprendizagem.

Quando o indivíduo é colocado em um ambiente negativo e desestimulante, certamente sua desenvoltura será afetada, ou seja, não corresponderá a nenhuma espécie de atividade.

Muitas vezes, o educador posiciona-se por fazer algum questionamento a respeito da inclusão. Isto significa que ele está à frente do problema e, muitas vezes, sem ter muito que fazer para desenvolver a aprendizagem destes educandos colocados numa sala sem ter nenhuma assistência, nem por parte dos profissionais da saúde, muito menos da educação.

Para resolver tais problemáticas seria necessário que todos, educadores ou não, pensassem com carinho nas batalhas que essas pessoas enfrentam no cotidiano para serem vistas como seres humanos, que também são pessoas, que tem sentimentos e precisam do afeto e da interação para conviver melhor com suas dificuldades, talvez para falar, para andar, para escrever, para segurar objetos e outros. Diante disso, é preciso realizar modificações no currículo escolar e incrementar a inclusão como uma modalidade de ensino que precisa ser direcionada como todas as modalidades existentes nas políticas educacionais.

Para que isso aconteça é preciso que surjam atitudes por parte das pessoas responsáveis pela política educacional, que exercem poder para realizar as transformações cabíveis no sistema educacional municipal, para promover uma inclusão do jeito que determina a lei.

NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os novos desafios serão encontrar soluções para que o centro de apoio à Educação Especial funcione de maneira correta, retirando do papel as propostas de educação de qualidade para todos e colocar em práticas, dando suporte aos educadores, buscando soluções para construção das salas multifuncionais nas escolas, encontrando parcerias que beneficiem os alunos inclusos:

- Transformar as escolas em um espaço inclusivo real que batalhem com o grupo de profissionais para alcançar as metas de aprendizagem dos alunos;
- Buscar uma escola participativa e ativa no aprimoramento de suas práticas, a fim de atender as diferenças, e que todos os discentes alcancem os mais elevados níveis de ensino de acordo com a capacidade de cada indivíduo, como garante a lei;
- Encontrar soluções para os problemas através do diálogo com a equipe de educadores da escola, trabalhando em coletividade para contribuir com o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado para a valorização das diferenças e das diversidades, efetivando políticas públicas para todos os alunos.

Mantoan na Obra Educação Inclusiva Orientação Pedagógica fala que:

A inclusão é um desafio que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para os alunos com e sem deficiência possam exercer a educação em sua plenitude, é indispensável que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. (p. 45)

Perante o pensamento, o espaço escolar deve fazer mudanças transformadoras em suas práticas pedagógicas, para que haja qualidade no ensino prestado aos alunos em todas as modalidades do ensino. Sabe-se que quando é preciso fazer algumas mudanças não é tarefa fácil por surgir muitos obstáculos. No entanto, a escola que tiver medo de lutar pelo melhor para beneficiar sua clientela não pode ser considerada um espaço educativo.

EDUCAR PELO SENTIMENTO

A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não as expulsar de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso

e com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum. (MANTOAN apud HANNA ARENDT, Educação Inclusiva - Orientações Pedagógicas, p. 45).

De acordo com o pensamento da autora, é bastante interessante que o educador preze sua profissão a ponto de ter sensibilidade e afeto pelos seus alunos, não importa quem eles sejam.

Uma vez que nos espaços escolares existe a heterogeneidade e diante dessa encontram-se estudantes que necessitam de cuidados especiais, precisando estar perto do educador para ensinar-lhe a pegar no lápis, organizar o caderno, e até mesmo levá-lo ao banheiro quando a escola não possui acessibilidade para cadeirantes, alunos cegos, dentre outros, que manifestem outras necessidades.

É justamente no educar que se sabe se há amor ou não. É justamente na escola que o educador se depara com o diferente. Muitas crianças apresentam-se sem o mínimo de higiene e gostam de estar perto do educador, sendo que para elas isso é comum. Mas e para o professor? Será que ele gosta de estar com essas crianças? É por esses motivos que é preciso existir o amor para educar. Ainda existem crianças especiais que, além do cuidado e do amor, exigem métodos diversos para abranger seu aprendizado. E será professor que você está contente e procura meios para desenvolver seus alunos, dando-lhes oportunidades para aprender coisas novas? Se o educador é amoroso com seus alunos, ele buscará remover montanhas para saciar seus anseios no que buscam que é aprendizagem na igualdade.

Na realidade, não é raro encontrar docentes enfrentando essas situações. No entanto, não fazem nada para que haja mudanças significativas na vida desses alunos. Isso acontece muitas vezes por falta de acompanhamento da família, que é indispensável para fazer valer a educação dos filhos.

A FAMÍLIA E O AMOR PELO EDUCAR

Educar não é tarefa fácil para nenhuma pessoa, por existir muitas complexidades da não aceitação pelos indivíduos que já nascem com pensamentos únicos da autonomia humana. Por isso, nem todo sujeito possui o censo da aceitação das regras básicas impostas pela família e na escola pelo regulamento escolar.

Por esse motivo, é interessante que os pais estimulem os filhos, concedendo-lhes o máximo de afeto, desde o tempo que passam no útero materno. Esses encorajamentos quando positivos, os resultados podem ser positivos, tanto no ambiente familiar quanto no escolar. E se negativos e violentos, terá a possibilidade de afetar a criança psicologicamente e, com isso, acarretará problemas traumatológicos e neurológicos ao bebê. E, se após o nascimento esta criança permanecer convivendo num ambiente negativo, onde só houve da família palavras desmotivadoras, certamente essa criança não vai corresponder aos estímulos que precisará para desenvolver seu nível de aprendizagem em nenhum ambiente.

Everaldo Garcia (p. 57) medita que somos produto do meio quando menciona: "Somos produto do nosso meio, nascemos como uma tábua rasa, fomos e nos tornamos até um certo ponto da nossa vida, o que nosso ambiente familiar determinou." A família, como primeira educadora, deve atentar-se

para os anseios da aprendizagem dos filhos que começa no berçário, com a mãe ensinando as primeiras palavras, levando a criança a entender que é amada e protegida em qualquer circunstância.

Entretanto, a criança especial precisa desse afeto, não somente na infância, mas por toda vida e, principalmente, quando passa a conviver com outros no meio social. Everaldo Garcia (Educar para a Vida, p. 62), comenta:

Educar nossos filhos para liberdade significa ensiná-los a tomar decisões responsáveis, mesmo que essa escolha lhe cause dor e renúncias em função de um bem maior. Somos o que escolhemos ser. Escolher é decidir bem, a luz da razão é fundamental nesse processo.

A partir do comentário, é indiscutível a função da família nos ensinamentos aos filhos, levando-os a meditar para fazer escolhas sábias que não venham a prejudicá-los.

Neste contexto, a Revista Mundo Jovem (p. 03, abril de 2013) esclarece: “O ser humano se torna o maior dos valores quando rege com consciência e sensatez a sua própria vida. ” Se o indivíduo for orientado desde sua infância, com certeza agirá sabiamente valorizando cada palavra, cada ideia, acatando o que for mais conveniente. Dessa forma, a dificuldade de se relacionar com a família, com os amigos e com seus professores não acarretará transtornos negativos como a indisciplina, a falta de respeito para com o meio em que vive.

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

As ações mundiais rumo aos sistemas educacionais inclusivos designam uma nova visão da educação para recuperar seu caráter democrático através da adoção do compromisso legal com todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como elemento enriquecedor da aprendizagem e modificador do desenvolvimento pessoal e social. Fávero, Educação Especial e Tratamento Diferenciado (p. 14), fala que:

Mesmo havendo a constante garantia nas constituições em geral em relação à igualdade, como é o caso do Brasil passaram a surgir convenções e tratados internacionais reafirmando o direito de todos os seres humanos à igualdade e dando especial ênfase à proibição de discriminação em virtude de raça, sexo, religião e deficiência.

Tais documentos trouxeram significativos avanços, pois oferecem alternativas para a solução do dilema relacionando à aplicação eficaz do princípio da igualdade devido a eles, não precisando mais apoiar, quase exclusivamente, à análise das razões e proporcionalidade de determinado tratamento diferenciado.

Criar as condições para o desenvolvimento de escolas para todos e que garantam a educação de qualidade, implica promover transformações nos sistemas educacionais e também na organização e no funcionamento das escolas, nas atitudes e nas práticas dos docentes e, para que haja de fato essas transformações, seria necessário o desenvolvimento de uma nova cultura para a educação.

Na verdade, sabe-se que toda criança tem direito de uma educação de qualidade como assinala Montoan na obra Caminhos Pedagógicos da inclusão. [...] é a escola que se deve adaptar às crianças, de modo a atender a todos os alunos, e não ao contrário.

Apesar de todos os desafios enfrentados pelas políticas educacionais inclusivas rumo às escolas inclusivas, que ensine e instrua todas as crianças e reconheça as diferenças individuais como um valor a ser levado em conta no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Uma escola que precisa adaptar-se à diversidade de cada traço peculiar, competência, motivações de seus estudantes para responder às necessidades educativas de cada criança. Uma escola que seja comprometida com a igualdade favorecendo condições para garantir que todos possam ser bem-sucedidos. (FERREIRA, 1993, p. 34)

Neste pressuposto, todos os educandos devem ser beneficiados pelo acesso à escolarização e não apenas aqueles que são considerados deficientes. Sabe-se que todo o indivíduo precisa ingressar na aprendizagem como ressalta Mantoan na Obra Educação Inclusiva – Orientação Pedagógica, p.48:

A aprendizagem como centro das atividades escolares e o sucesso dos alunos como metas da escola-independente do nível de desempenho a que cada um seja capaz de chegar são condições básicas para se caminhar na direção de escolas inclusivas.

O sentido desse acolhimento não é a aceitação passiva das possibilidades de cada aluno, mas a receptividade diante de níveis diferentes de desenvolvimento das crianças e dos jovens. Afinal, as escolas existem para formar as novas gerações e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais privilegiados.

Com base no argumento citado, independentemente do nível de conhecimento que cada indivíduo possua, a escola deverá estar preparada para receber qualquer criança e ajudá-la no desenvolvimento de suas habilidades.

Nesse sentido, o espaço escolar deve desenvolver projeto educativo que ajude nesse desafio que é alcançar as dificuldades existentes de cada pessoa que venha ao encontro do aprender. Sendo assim, um ambiente acolhedor, motivador capaz de conviver com a heterogeneidade.

É verdade que as escolas tenham tentado inovar para avançar rumo à inclusão, porém, ainda estão distantes de ser uma escola inclusiva. Mantoan (p. 45) diz:

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados às mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares totalmente segregados. (Classes especiais, escolas especiais)

Mediante a afirmação feita pela autora, na realidade é comum encontrar escolas receptivas a todos os alunos. No entanto, os inclusos recebem atendimento em classes especiais sem ter nenhuma preocupação com as mudanças das políticas inclusivas que respaldem o ensino deste indivíduo em termos de acessibilidade de modo geral e no que diz respeito à aprendizagem. A escola continua sendo apenas um espaço receptivo e acolhedor, mas pouco interessado com o aprender de cada criança que frequenta assiduamente a sala de aula, a fim de melhorar suas condições intelectuais, mesmo sendo impedida por alguns transtornos.

A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO PARA A QUALIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL

A psicopedagogia é uma área do conhecimento científico que está debruçada sobre estudos do processo de aprendizagem humana, visando entender como se dá a construção da aprendizagem e a realizar intervenções neste processo de forma terapêutica ou preventiva.

No Brasil, os estudos psicopedagógicos iniciaram-se há cerca de 30 anos atrás. Mas, em outros países, a psicopedagogia se destacou como área de estudo há mais tempo. Na França, local onde seus estudos foram originados, a psicopedagogia já é reconhecida como ciência desde o século XIX, tendo como expoentes de seus estudos Pichon-Rivière, Françoise Dolto e Lacan. E na Argentina, países no qual a psicopedagogia ganhou mais força para os avanços científicos, os estudiosos Jorge Visca, Alicia Fernandez e Sara Paín se sobressaem como grandes nomes desse conhecimento, e muito influenciaram os estudos brasileiros devido a proximidade geográfica e ao fácil acesso a literatura (Bossa, 2011).

Tendo seu próprio arcabouço teórico, seus próprios métodos de prevenção, de diagnóstico e de tratamentos terapêuticos, a psicopedagogia é uma área interdisciplinar do saber que buscou na Psicologia, na Psicanálise, na Pedagogia, na Linguística, na Fonoaudiologia e na Neurologia (campo de estudo da medicina) conhecimentos para formar seu escopo teórico, para definir seu objeto de estudo e para delimitar seu campo de atuação.

Composta por dois campos de atuação, institucional e clínico, a psicopedagogia estuda os padrões normais e patológicos de aprendizagem, buscando potencializar o ato de aprender nas escolas, nas instituições sociais, empresas, hospitais ou até mesmo fazendo sua intervenção na própria família, ou seja, na sociedade como um todo (Beauclair, 2009); podendo atuar de modo preventivo em instituições como escolas, hospitais e empresas, sendo está à chamada psicopedagogia institucional, ou de forma curativa nos consultórios com atendimentos individualizados.

O psicopedagogo é um profissional que domina os atos que envolvem o processo de aprendizagem, podendo reconhecer formas de intensificá-lo, tanto em pessoas como padrões normais de aprendizagem, como em pessoas com padrões patológicos.

Como o nosso trabalho se dedica a escola e a busca da melhoria na qualidade do ensino, visando uma formação plural, ética, cidadã e para todos, desejamos apresentar esse profissional, como um agente que pode contribuir e muito para a formação de espaços de ensino com as características citadas a cima, auxiliando a equipe de gestão com a viabilização de práticas educativas que corroborem com o esperando.

A seguir apresentamos a Psicopedagogia Institucional, um dos campos do saber psicopedagógico, e sua contribuição para a qualidade de ensino e para a inclusão.

A PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: UM PASSO A MAIS EM DIREÇÃO À INCLUSÃO E A QUALIDADE

Como vimos a Psicopedagogia age diretamente nas instituições, podendo ser na família, em empresas, nos hospitais ou nas escolas. O trabalho desenvolvido pelos psicopedagogos nesses locais

caracteriza-se pela intencionalidade das ações, buscando a construção do conhecimento por parte do sujeito, que nesse caso é a instituição com sua filosofia, valores e ideologias (Bossa, 2011).

Na instituição escolar o psicopedagogo pode trabalhar com vários segmentos da escola, sempre com foco no processo de aprendizagem, visando potencializá-lo.

Sabemos que a aprendizagem não ocorre somente na escola (podemos aprender em qualquer lugar onde haja estímulos para tal), no entanto não podemos negar que a escola é a principal responsável por grande parte da aprendizagem do ser humano.

Por isso, quando o psicopedagogo atua na escola, com práticas que estimulem os processos do ato de aprender, ele a auxilia no cumprimento de sua função social de socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de regras de conduta, dentro de um projeto social mais amplo. (BOSSA, 2011).

Ou seja, o foco de trabalho psicopedagógico institucional é o modo como se aprende, englobando não só os alunos em suas análises, como também professores, gestores, enfim educadores, na medida em que são eles os mediadores desse processo de construção.

A psicopedagogia busca melhorar as relações com a aprendizagem, melhorando a qualidade da construção da própria aprendizagem de alunos e educadores.

Assim, a atuação do psicopedagogo na escola pressupõe projetos que favoreçam a aprendizagem, primando pela qualidade do ensino e pela inclusão de todos os alunos inscritos na instituição.

Dominando questões referentes à aprendizagem, bem como metodologias e técnicas de trabalho junto à família e a outros profissionais, o psicopedagogo pode, por exemplo, junto a equipe gestora realizar trabalhos que diminuam a evasão escolar, conscientizando alunos e pais da importância do aprendizado e da escola.

Realizando o diagnóstico da escola, pode perceber os alunos que não estão conseguindo construir sua aprendizagem, pois apresentam alguma dificuldade ou problema de aprendizagem, ou até mesmo uma dificuldade escolar, e assim, sugerir práticas mediadoras alternativas aos professores e gestores, favorecendo a participação desses alunos nos processos de ensino aprendizagem. Do mesmo modo que, podem sugerir e indicar, aos pais, profissionais para tratamento terapêutico mais específico, fazendo ele mesmo um acompanhamento diário dos alunos que apresentem tais problemas.

Outra ação seria a realização de palestras, oficinas e minicursos que auxiliem na qualificação da escola, a partir de suas análises, propondo manutenção de práticas exitosas de ensino, bem como sugerindo a reavaliação daquelas que não têm sido tão produtivas.

É importante lembrar que o psicopedagogo escolar não trabalha com os conteúdos programáticos, visto que esse é uma das tarefas dos professores. Seu trabalho é em outras instâncias educativas.

Por ser um profissional da aprendizagem, o psicopedagogo escolar desenvolve seus trabalhos com alunos, professores, gestores, famílias e demais membros da comunidade escolar, buscando construir habilidades e competências, desenvolvendo virtudes e potencialidades dos alunos, respeitando

seus meios, condições e limites para conhecer, a fim de que a construção da aprendizagem seja de fato realizada por todos (ANDRADE, 2013).

Sendo assim, por atuar reduzindo e prevenindo o surgimento de dificuldades e problemas de aprendizagem e escolares, possibilitando e facilitando o processo de construção da aprendizagem por parte de todos os alunos, tendo eles condições consideradas normais ou patológicas de aprendizagem, acreditamos que o psicopedagogo colabora para a inclusão escolar.

Do mesmo modo que, por trabalhar com dados e diagnósticos da instituição, contribuindo para a constituição de práticas e metodologias mais amplas, socializadoras e significativas para os alunos, dentre outros motivos, cremos que este profissional é fundamental para a melhoria das condições e da qualidade da aprendizagem desenvolvida na escola.

Para nós, o psicopedagogo é um profissional que ao atuar na escola, auxilia a equipe gestora na busca pela qualificação e pela inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude de uma escola inclusiva que atenda à diversidade sem exclusões e preconceito é necessário remover muitas barreiras que estão ligadas aos sistemas educacionais e nas mudanças propostas pelo educandário. Para progredir as escolas inclusivas precisam acolher todas as crianças e promover o pleno aprendizado e participação dos estudantes inclusos, valorizando a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social.

Para isso, é importante que a escola adapte as mudanças necessárias que ajudem a programar a inclusão neste espaço. Para praticar essa ação deve estar em conformidade com as políticas educacionais, por haver situações que implicam em fatores sociais como, por exemplo, as questões financeiras que afetam grande parte da sociedade e estes problemas também implicam na educação, sendo que a escola não abrange este quesito, podendo apenas ser parceira no combate das políticas sociais que combatem a pobreza. De outro ponto de vista, a escola tem poderes para verificar e adaptar seu currículo, possibilitando as diversidades sociais, culturais e individuais de cada pessoa.

Neste contexto é preciso executar a política pública inclusiva do município, e reajustar a organização do planejamento AEE que promove suporte à Educação Especial que se encontra inativo, e para promover a acessibilidade nas escolas é necessário funcionar de forma que possa possibilitar a relação entre profissionais e alunos e promover construção das salas multifuncionais para redirecionar o atendimento especializado.

Dessa forma, verifica-se também a importância de o educador estar comprometido com o processo ensino aprendizagem, que vai além do aspecto sistematizador da educação, que o mesmo possa modificar suas práticas e que desenvolva planejamento de atividades que contemple a diversidade.

Portanto, conclui-se que educar na diversidade, é uma prática social que comporta uma variedade de definições e posturas, considerando que o ensino pela igualdade deve ter como meta a participação

e integração do sujeito especial que faz parte da política educacional. Assim sendo, é preciso que o educandário ofereça ao educador condições para que ele trabalhe de forma diversificada para contemplar as necessidades dos alunos em questões do desenvolvimento pessoal e social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. C. **O processo ensino-aprendizagem do português como segunda língua para surdos: os elementos conectores conjuntivos**. Tese de Doutorado, PUC- RJ. 2004.

BOTELHO, C. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Autêntica. Belo Horizonte/MG, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: área DA/MEC, SEESP – Brasília/DF**, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa/** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília/DF, 1997.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**: BABEL, Rio de Janeiro, 1993.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso 05 abr.2026.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995

LODI, A.; HARRISON, K.; CAMPOS, S. & TESKE, O. (org). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Editora Meditação, 2002.

SANCKS, O. **Vendo Vozes**. Companhia das Letras, 2000

SÃO PAULO/SP. Secretaria Municipal de Educação. **Educação Fundamental: orientações gerais para o ensino de língua portuguesa e de matemática no ciclo I**. São Paulo: SME/DOT, 2006

SÃO PAULO/SP. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental: ciclo II: Língua Portuguesa - São Paulo: SME/DOT, 2007.**

SÃO PAULO/SP. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para Educação Infantil e Ensino Fundamental: Língua Portuguesa para pessoa surda - São Paulo: SME/DOT, 2008.**